

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado do exercício	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da Itamaracá Transmissora SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itamaracá Transmissora SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião com ressalvas

Atualização do ativo de contrato

Conforme descrito na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, o saldo do ativo de contrato, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$52.836 mil. Com base em nossos procedimentos de auditoria sobre as informações e documentações que suportam referido saldo, verificamos inconsistências em determinadas informações referentes à Receita Anual Permitida utilizada, a qual não incorporou os efeitos da Revisão Tarifária Periódica, conforme divulgado na Resolução Homologatória nº 3.205, de 13 de junho de 2023, bem como a inflação incorrida até 31 de dezembro de 2023, gerando um ajuste no saldo do ativo de contrato e no resultado do exercício findo nessa data, no montante de R\$7.282 mil, bruto dos possíveis impactos tributários. Dessa forma, o saldo do ativo de contrato e o patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2023, estão subavaliados, enquanto o prejuízo do exercício findo nessa data está superavaliado nesse montante.

Recebimento adicional à Receita Anual Permitida homologada

Conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Companhia reconheceu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, uma receita de R\$7.196 mil referente a recebimentos, líquidos de repasses já efetuados, superiores à Receita Anual Permitida prevista no ciclo tarifário 2023/2024, estabelecida no montante de R\$5.408 mil, conforme descrito na nota explicativa nº 6. Não foi possível obter evidência suficiente e apropriada de auditoria para concluir se parte do referido recebimento adicional deveria ou não se encontrar provisionado, em 31 de dezembro de 2023, em função de eventual necessidade de retenção ou ajuste de recebimentos futuros. Dessa forma, não foi possível concluir sobre a existência de eventuais ajustes nas rubricas de receita, passivo e patrimônio líquido para o exercício findo naquela data.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Dividendos a pagar

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos deliberação dos acionistas, registrada em ata de Assembleia Geral Ordinária, datada de 27 de setembro de 2023, para o pagamento de dividendos no montante de R\$3.425 mil, durante o exercício de 2023. Contudo, referido valor não se encontra provisionado em 31 de dezembro de 2023. Dessa forma, o passivo, nessa data, está subavaliado, e o patrimônio líquido está superavaliado, nesse montante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Exceto pelo ativo de contrato, assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalvas”, não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de outubro de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.630	3.927
Contas a receber de clientes	5	1.071	125
Contas a receber - parte relacionada	8.1	103	-
Créditos a receber		54	42
Tributos a recuperar		192	1
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	6	4.124	4.124
Despesas antecipadas		23	27
Total do Ativo Circulante		8.197	8.246
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	6	48.712	49.408
Adiantamentos diversos		-	22
Total do Ativo Não Circulante		48.712	49.430
Total do Ativo		56.909	57.676
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	734	4.193
Impostos corrente a pagar		75	178
Encargos setoriais		65	1
Contas a pagar parte relacionada	8.2	-	24
Debêntures	9	1.937	3.618
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	10.1	89	21
Total Passivo Circulante		2.900	8.035
Não Circulante			
Debêntures	9	36.215	33.893
Passivo fiscal diferido	11	1.929	1.954
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10.2	1.627	1.649
Total Passivo Não Circulante		39.771	37.496
Patrimônio Líquido			
Capital social	13	8.120	8.120
Adiantamento para aumento de Capital	13	4.000	600
Reserva de lucros	13	2.118	3.425
Total Patrimônio Líquido		14.238	12.145
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		56.909	57.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Demonstração do resultado do exercício
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Demonstração do resultado do exercício	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	14	8.224	112
Custos dos bens construídos e serviços prestados	15	(3.133)	(171)
Reversão de custos dos bens e serviços prestados	15	115	605
Resultado operacional bruto		5.206	546
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	16	(368)	(361)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		4.838	185
Despesas financeiras	17	(5.719)	(5.913)
Receitas financeiras	17	73	828
Resultado financeiro líquido		(5.646)	(5.085)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(808)	(4.900)
Contribuição social	10	(189)	(76)
Imposto de renda	10	(332)	(186)
Contribuição social diferida	10.2	8	-
Imposto de renda diferido	10.2	14	-
Prejuízo do exercício		(1.307)	(5.162)
Prejuízo por ação		(0,1610)	(0,6357)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(1.307)	(5.162)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(1.307)	(5.162)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucro	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2022		6.300	2.020	8.587	-	16.907
Integralização de capital	13	1.820	(1.820)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	-	400	-	-	400
Resultado do período		-	-	-	(5.162)	(5.162)
Absorção prejuízo acumulado	13	-	-	(5.162)	5.162	-
Saldo em 31 dezembro 2022		8.120	600	3.425	-	12.145
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	-	3.400	-	-	3.400
Resultado do período		-	-	-	(1.307)	(1.307)
Absorção prejuízo acumulado	13	-	-	(1.307)	1.307	-
Saldo em 31 dezembro 2023		8.120	4.000	2.118	-	14.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício		(808)	(4.900)
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>			
Juros sobre debêntures tomados	9	4.245	5.780
Alterações nas provisões		-	(605)
Remuneração do ativo de contrato		(15.505)	8
		(12.068)	283
Variações dos Ativos e Passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(946)	(125)
Contas a receber - parte relacionada		(103)	-
Ativo contratual da concessão		16.199	-
Adiantamentos		11	(65)
Outros ativos circulantes		4	(13)
Tributos a recuperar		(200)	(18)
Fornecedores e outras contas a pagar		(3.459)	(6.215)
Impostos correntes a pagar		(103)	(62)
Passivo fiscal diferido		(25)	-
Contas a pagar - parte relacionada		(24)	(46)
Encargos setoriais		64	1
		(650)	(6.260)
Imposto de renda e contribuição social pagos	10.1	(443)	(300)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(1.093)	(6.560)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de debêntures	9	(1.812)	(340)
Juros pagos de debêntures	9	(1.792)	(1.409)
Recursos provenientes de adiantamento p/ futuro aumento de capital		3.400	400
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(204)	(1.349)
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(1.297)	(7.909)
Varição do caixa e equivalentes de caixa			
No início do período		3.927	11.836
No final do período		2.630	3.927
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(1.297)	(7.909)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Itamaracá Transmissora SPE S.A. (“Itamaracá” ou “Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 26 de fevereiro de 2018 e está estabelecida na Capital do Estado de São Paulo à Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 143, 4º Andar, Sala A, Vila Nova Conceição. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.2. Da concessão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 011/2018 – ANEEL, de 08 de março de 2018, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste no desenvolvimento de infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão da Linha LT 230 kV Pau Ferro – Fiat Seccionadora, no Estado de Pernambuco. Conforme 2º aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2018 - ANEEL, datado de 20 de março de 2020, a contagem de prazo da concessão da Companhia teve início em 10 de fevereiro de 2021, tendo como data de necessidade julho de 2022 e data para entrada em operação comercial prorrogada para 10 de fevereiro de 2024. A Concessionária será remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório. A receita contratada na data do Leilão (R\$ 4.030– base mar/18) será reajustada anualmente no mês de julho de cada ano e revisada em intervalos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão nº 011/2018 – ANEEL, e passará a ser auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. Em novembro de 2022 a Companhia recebeu o TLP (termo de liberação provisória) já recebendo 100% da RAP do empreendimento. O TLD foi emitido entre dezembro 2022 e janeiro de 2023 sem alterações na RAP.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem as disposições

contidas na Lei das Sociedades por Ações, e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07 (R1), emitida pelo CPC em novembro de 2023, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 31 de outubro de 2024.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao grau de incerteza inerente ao processo de elaboração da estimativa. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais julgamentos e estimativas relacionados à Companhia e sua operação estão relacionadas aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, valor do ativo indenizável, análise de riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para demandas judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, quando existentes.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, há o julgamento em relação à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas referentes à implementação / construção da infraestrutura como ativo de contrato, bem como da ampliação, reforços e melhorias, quando aplicável.

Momento de reconhecimento do ativo de contrato

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos.

Determinação da taxa implícita do ativo de contrato

A taxa aplicada ao ativo contratual é a que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. Referida taxa é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o saldo do ativo de contrato é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de infraestrutura

Quando ocorre a prestação dos serviços de construção da infraestrutura, a Companhia reconhece a receita pelo seu valor justo, bem como os respectivos custos correspondentes, levando em consideração que o projeto embute margem suficiente para cobrir referidos custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Conforme o CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas. Abaixo, segue o detalhamento dos ativos financeiros:

• Custo Amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e de geração de fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado (“VJR”)**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- i. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (Impairment)**

Conforme o CPC 48, o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Conforme CPC 47, a entidade deve avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável, de acordo com o CPC 48. A redução ao valor recuperável de ativo de contrato deve ser mensurada, apresentada e divulgada da mesma forma que um ativo financeiro que esteja dentro do alcance do CPC 48.

Em 31 de dezembro de 2023, não há indícios de perda por redução ao valor recuperável.

- ii. **Baixas de ativos financeiros**

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

- b) **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.3. **Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual**

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7).

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos de concessão e a serviços de operação e manutenção classificados em:

(a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação dela. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo da concessão - contratual

A concessão da Companhia está classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (nota 7).

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas nas Revisões Tarifárias Periódicas (RTPs), a cada 5 anos.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme o tipo de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "passivo diferido" no passivo não circulante.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal.

3.8. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.9. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício, não houve a identificação de ativos passíveis de ajustes no valor recuperável.

3.10. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

3.11. Demais passivos circulantes e não circulantes

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado a seguir:

(a) Receita de construção

Refere-se aos serviços de construção da infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Tais receitas são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidas das alíquotas de PIS e COFINS, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas ao resultado ao longo das obras.

(b) Remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear, com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio.

A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início do contrato de concessão. Referida taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

(c) Receita de operação e manutenção

Seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração do Grupo. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.13. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do CPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

Em 2023, a Companhia adotou o mesmo regime de tributação pelo lucro presumido conforme o ano anterior.

3.15. Impostos sobre a receita

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 3,65% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 7.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.16. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.17. Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica

3.18. Demonstração do Fluxo de Caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.19. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2023

3.19.1 Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	IFRS 17	Nova norma	01.01.2023
OPC 07 (R1) – Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	IAS 1	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”)	01.01.2023

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Norma	Correlação IFRS / IAS	Alteração	Vigência a partir de
		Reforma Tributária Internacional – Regra do Modelo do Pilar Dois	

3.19.2 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Alteração	Vigência a partir de
CPC 06 - Arrendamentos	IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01.01.2024
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IAS 1	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com covenants	01.01.2024
CPC 03 (R1) Demonstrações do fluxo de caixa CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação	IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01.01.2024

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos	1.115	664
Aplicações financeiras (i)	1.515	3.263
Total	<u>2.630</u>	<u>3.927</u>

- (i) A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimento no Banco do Brasil e BTG Pactual. Tais fundos concentram seus recursos substancialmente em títulos de renda fixa e possuem remuneração equivalente a 97% do CDI no ano de 2023 (101,75% do CDI em 2022). Tais aplicações possuem liquidez diária, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, e possuem risco insignificante de mudança de valor.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Concessionária e permissionária (i)	972	125
CDE (ii)	99	-
Total	<u>1.071</u>	<u>125</u>

- (i) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da Receita Anual Permitida (RAP), com vencimento de R\$147 em 05/01/2024, R\$12 em 15/01/2024, R\$805 em 25/01/2024 e R\$8 em 25/02/2024.
- (ii) CDE refere-se a uma bonificação que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) paga por adimplência.

Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Além disso, não há histórico de perdas com contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa implícita do projeto definida quando da assinatura do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão, por não serem onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais serão recebidos através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo do ativo de contrato, reflete o custo de oportunidade do investidor quando da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou as condições de mercado e demais circunstâncias existentes à época.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue a movimentação ocorrida no período:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Margem de construção		27,85%
Margem de operação e manutenção		15,28%
Taxa implícita		10,00%
Índice de correção dos contratos		IPCA
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	53.532	53.539
Remuneração do ativo de contrato	3.428	3.710
Ganho e perda apurados (i)	-	(3.592)
RAP realizada	(4.123)	(125)
Total	52.836	53.532
Circulante	4.124	4.124
Não circulante	48.712	49.408

(i) Durante 2022, a Companhia identificou gastos na construção da infraestrutura de transmissão adicionais aos inicialmente orçados, além de ter iniciado parcialmente suas operações em dezembro de 2022, após a data inicialmente estimada. Dessa forma, os fluxos de caixa futuros foram ajustados e as perdas identificadas reconhecidas no resultado do exercício.

A RAP - Receita Anual Permitida para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, ciclo tarifário 2023/2024, foi reposicionada por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 3.205, publicada em 13 de junho de 2023, definindo o reajuste anual de receitas das Transmissoras. Esta Resolução estabeleceu para a Companhia a RAP no valor total de R\$5.408, referente ao Contrato de Concessão nº 011/2018, antes da inclusão do PIS e da COFINS. Estes valores representam o acréscimo de 3,94%, em relação à RAP do ciclo anterior, com a aplicação do reajuste, de acordo com a variação anual do IPCA, e o reposicionamento da RAP através da Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Fornecedores

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais diversos (i)	34	83
Transformadores e Serviços de Energia (ii)	700	4.110
Total	734	4.193

- (i) Refere-se substancialmente a venda de materiais e serviços ligados a construção da linha de transmissão.
- (ii) Valor atualizado devido à TSEA referente à aquisição de equipamentos utilizados na construção da linha de transmissão.

8. Partes relacionadas

A Companhia mantém transações e saldos de mútuo a pagar e a receber com partes relacionadas, dos quais possuem remuneração fixa de 100% do CDI. Os valores são demonstrados como segue:

8.1 Contas a receber

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Marape Holding e Participações S.A.	19	-
Empresa de Transmissão Timoteo-Mesquita S.A.	84	-
Total	103	-

8.2 Contas a pagar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fram Capital (i)	-	24
Total	-	24

- i) A movimentação refere-se a rateio de despesas com a parte relacionada.

8.3 Remuneração da administração

A Companhia não possui pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A remuneração da Administração da Companhia é paga FRAM Capital, adicionalmente, não há nenhuma remuneração fixa nas investidas, tampouco obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego ou stock options, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Também não são oferecidos outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Debêntures

A composição da carteira de debêntures e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Periodicidade amortização	(Taxa efetiva de juros)
1ª Emissão de debêntures	37.059	37.478	15/07/2041	Semestral	IPCA + 6,753% a.a.
Juros	1.093	33			
Total	38.152	37.511			

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	Despesa de Juros	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2022
1ª Emissão de debêntures	33.480	5.780	(340)	(1.409)	37.511
Total	33.480	5.780	(340)	(1.409)	37.511
Total circulante	2.811				3.618
Total não circulante	30.669				33.893

	31/12/2022	Despesa de Juros	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2023
1ª Emissão de debêntures	37.511	4.245	(1.812)	(1.792)	38.152
Total	37.511	4.245	(1.812)	(1.792)	38.152
Total circulante	3.618				1.937
Total não circulante	33.893				36.215

Em 13 de agosto de 2021, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures, com o objetivo de financiar o investimento no projeto de construção da linha de transmissão objeto da concessão, conforme divulgado na nota explicativa 1. Foram emitidas 32.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1.000, totalizando R\$ 32.000, nos termos da Instrução CVM 476, de 16 de janeiro de 2009.

As debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, escriturais e nominativas sobre as quais incidem juros remuneratórios, a serem pagos semestralmente a partir de julho de 2022, e calculados da seguinte forma:

- Até a conclusão física do projeto de construção da linha de transmissão: IPCA acrescido de 8% a.a.
- Após a conclusão física do projeto: IPCA acrescido de 6,753% a.a.

O valor principal será pago em 39 parcelas, semestrais e consecutivas, a partir de julho de 2022. As garantias concedidas na emissão dessas debêntures correspondem a:

- Alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia;

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Cessão fiduciária de todos os direitos creditórios e emergentes do Contrato de Concessão, direitos sobre contas vinculadas de titularidade da Companhia (inclusive conta reserva específica criada para fins de pagamento e liquidação das debêntures) e direitos sobre indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices contratados no contexto do Contrato de Concessão;
- Fiança bancária ou “cash colateral” de até R\$5.000 a ser depositado em conta específica, na hipótese de eventual redução de RAP nas revisões tarifárias periódicas.

Além disso, a escritura das debêntures prevê a necessidade de cumprimento a determinadas cláusulas (covenants não financeiros) e o atingimento de determinados índices financeiros (covenants financeiros), sob pena de vencimento antecipado da dívida, quando observado certa periodicidade no inadimplemento.

O covenant financeiro requerido é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) igual ou maior do que 1,20, apurado na data de encerramento de cada exercício social, a partir de 31 de dezembro de 2022. Caso haja o descumprimento desse índice por 2 períodos consecutivos ou 3 períodos alternados, a Companhia ainda pode sanar referido descumprimento por meio de aportes de capital de seus acionistas, conforme detalhado na escritura. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não atingiu o índice de 1,20 requerido e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia obteve aprovação de dispensa de apresentação do ICSD em ata de Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 28 de abril de 2023. A Administração entende que, uma vez que obteve dispensa de apresentação do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o não atingimento do índice de 1,20 em 31 de dezembro de 2023 se configura como o primeiro ano de descumprimento.

10. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do período, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional	16.199	118
Base presunção IRPJ 8%	1.296	9
Base presunção CSLL 12%	1.944	14
Receitas financeiras	73	828
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	1.369	837
Despesa de IRPJ	(318)	(186)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	2.017	842
Despesa de CSLL	(181)	(76)
Total de despesas IRPJ/CSLL	(499)	(262)

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial dos impostos a pagar	21	75
Impostos calculados	521	262
Impostos compensados	(10)	(16)
Impostos pagos	(443)	(300)
Saldo final dos impostos a pagar	89	21

10.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial dos impostos diferidos	1.649	1.649
Impostos calculados	(22)	-
Saldo final dos impostos diferidos	1.627	1.649

11. Passivo fiscal diferido

O valor registrado compreende o diferimento do PIS e da COFINS relativo às receitas de infraestrutura e de remuneração dos ativos de concessão. O recolhimento de tais tributos ocorre de acordo com a operação dos ativos e de acordo com o efetivo faturamento da Receita Anual Permitida - RAP e a consequente amortização dos ativos financeiros, conforme Lei 12.973/2014.

	31/12/2023	31/12/2022
PIS diferido	344	348
COFINS diferido	1.585	1.606
Total	1.929	1.954

12. Provisão para riscos

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

A Companhia não tem conhecimento de nenhuma contingência ou ação judicial ou administrativa na qual figure como polo passivo ou ativo em 31 de dezembro de 2023, e, portanto, não constituiu nenhuma provisão correspondente.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$8.120, e está representado por 8.120.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de ações	Valor	% do capital social	Quantidade de ações	Valor	% do capital social
FRAM Capital Itamaracá Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	8.120.000	8.120	100%	8.120.000	8.120	100%
	8.120.000	8.120	100%	8.120.000	8.120	100%

Em 02/02/2022, por meio de Ata de Assembleia Geral, foi registrado o aumento de capital social de R\$1.120, recebido em 21/10/2021, bem como o aumento de capital social, no valor de R\$700 recebido em 01/10/2021, ambos por meio de adiantamento para futuro aumento de capital, passando o capital social de R\$6.300 para R\$8.120. Ainda no ano de 2022, a Companhia recebeu a título de adiantamento para futuro aumento de capital o valor correspondente a R\$400.

No exercício de 2023, a Companhia recebeu, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, o valor correspondente a R\$3.400. Tais adiantamentos possuem caráter irrevogável, e não possuem qualquer forma de atualização monetária.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Valores recebidos a título de AFAC que serão incorporados ao capital social em até um 1 ano da data de sua integralização, conforme estabelecido pela Lei das S.A.s:

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.000	600
Total	4.000	600

13.1 Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25%, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado líquido do exercício	(1.307)	(5.162)
Absorção de prejuízos acumulados	1.307	5.162
Reserva de lucros	-	-
Movimentação da reserva de lucros		
Saldo inicial	3.425	8.587
Reversão da reserva para absorção de prejuízos acumulados	(1.307)	(5.162)
Total	2.118	3.425

14. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de remuneração do ativo de contrato	3.428	3.460
Receita de Operação e manutenção	834	250
Ganhos e perdas na implementação da infraestrutura (i)	-	(3.592)
Encargos do consumidor	(2.643)	(1)
Recebimentos adicionais (ii)	7.196	-
PIS/COFINS	(591)	(5)
Total	8.224	112

- i) Em 2022, trata-se de perda decorrente do atraso no início das operações, em relação ao cronograma inicialmente previsto, postergando o recebimento de RAP pela Companhia.
- ii) O montante acima mencionado é decorrente da diferença entre o recebimento efetivo de caixa no exercício corrente (líquidos de repasses já efetuados no exercício no montante de R\$4.741) e o recebimento previsto nos ciclos tarifários 2022/2023 e 2023/2024, atrelado às RAPs homologadas na Resolução Homologatória nº 3.067, de 12 de julho de 2023 e na Resolução Homologatória nº 3.205, de 13 de junho de 2023, respectivamente, relativos aos componentes de rede básica de fronteira.

15. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviço de operação e manutenção	(3.037)	-
Reversão Custo com construção	115	605
Impostos e taxas	(1)	(135)
Demais custos	(95)	(36)
Total	(3.018)	434

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Outras despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros tomados	(325)	(333)
Despesa com impostos e taxas	(17)	-
Outras despesas operacionais	(26)	(28)
Total	(368)	(361)

17. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Juros e variações monetárias (i)	(4.245)	(5.780)
IOF, comissões e taxa	(62)	(1)
Multa e acréscimos moratórios (ii)	(1.406)	(71)
Outras despesas financeiras	(6)	(61)
Despesas financeiras	(5.719)	(5.913)
Receita com aplicação financeira	73	828
Receita financeira	73	828
Resultado financeiro, líquido	(5.646)	(5.085)

(i) O valor de juros sobre debêntures tomados é R\$4.245 em 31 de dezembro de 2023 (R\$5.780 em 31 de dezembro de 2022)

(ii) O valor de juros moratórios sobre o montante a pagar com fornecedor TSEA Energia S.A. R\$1.399 em 31 de dezembro de 2023 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022) e sobre o pagamento em atraso de impostos e taxa R\$7 em 31 de dezembro de 2023 (R\$71 em 31 de dezembro de 2022).

18. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	2.630	3.927
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Contas a receber de clientes	2	1.071	125
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Fornecedores	2	734	4.193
Debêntures	2	38.152	37.511

A Administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

18.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e sua controlada a incorrer em perdas financeiras.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

18.2 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

19. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2023, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

<u>Modalidade</u>	<u>Importâncias seguradas</u>	<u>Apólice</u>	<u>Vigência</u>
Seguro garantia (i)	2.239	0306920189907750206196000	até 06/11/2024

- (i) A Companhia possui a apólice emitida pela Pottencial Seguradora, para coberturas de Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviço, limite máximo de indenização de R\$ 2.239. Este seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos e multas causados pelo Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento das obrigações Construção, montagem, operação e manutenção das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO - SE 230/69 kV Fiat Seccionadora - 2 x 150 MVA, no Estado do Pernambuco. conforme descritos no objeto referente ao Contrato de Concessão nº 011/2018/Edital número 02/2017/Processo número 48500.002436/2017-85. Este seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos e multas causados pelo Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento das obrigações Construção, montagem, operação e manutenção das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO - SE 230/69 kV Fiat Seccionadora - 2 x 150 MVA, no Estado do Pernambuco. Cobertura: Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços.

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2024, por meio de adiantamento para futuro aumento de capital, a Companhia recebeu do acionista FRAM Capital Marapé Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura o montante de R\$ 750. Tal adiantamento possui caráter irrevogável e será incorporado ao capital social na próxima alteração contratual.

Adicionalmente, em agosto de 2024, a Companhia solicitou o parcelamento da cota do Proinfra do referido mês, no montante de R\$263, em 5 vezes, acrescido de multa e juros, conforme variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O pedido foi deferido e a primeira parcela já foi paga.

* * *

Diretoria Executiva

Julia Gil Gonzalez
Diretora Financeira

Responsável técnico pelas demonstrações financeiras

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9